

Além dos Papéis de Mãe e Esposa: A Representação da Mulher em “Kramer vs. Kramer”

Celso Fernando Claro de Oliveira
Sidnei José Munhoz

Resumo: A Revolução Cultural, que se desenrolou nos países desenvolvidos do mundo capitalista nas décadas de 1960 e 1970, alterou padrões comportamentais profundamente enraizados nas tradições ocidentais. Uma das instituições que mais se transformou no referido período foi a família, pois a ação de movimentos sociais e reformas políticas suscitaram questionamentos sobre as predominâncias do modelo nuclear (pai, mãe e filhos) e do patriarcalismo (poder do marido e pai sobre a mulher e os filhos).

Dentro da estrutura familiar, um dos papéis que mais passou por mudanças foi o feminino. Diversas civilizações ao redor do globo, desde os tempos imemoriáveis, pregaram que as mulheres deveriam cumprir os papéis de mães e esposas, cuidado da prole e administrando os serviços domésticos ou demais funções levando consideração as classes em que estavam inseridas. Esse padrão de comportamento foi mantido até meados do século XX, quando elas passaram a gozar de maiores liberdades advindas da Segunda Guerra Mundial, até o definitivo rompimento com as tradições, nos anos 1960 e 1970.

Assim, as mulheres tiveram maior segurança para ingressar no mercado de trabalho, nas universidades e buscar realizações fora do modelo mãe-esposa, o que também alterou o modo como a arte via a condição feminina, gerando novas representações. O presente artigo pretende analisar a transformação social da mulher nos Estados Unidos – superpotência do mundo capitalista e difusor cultural para os membros desse bloco durante a Guerra Fria – durante o período assinalado, bem como, o filme “Kramer vs. Kramer” de 1979, o qual aborda o tema, procurando estabelecer relações entre a história e a produção cinematográfica.

Procurou-se fazer uma análise social do filme, ou seja, foram considerados o contexto histórico de sua produção, a construção da narrativa visual e textual e a recepção do público estadunidense. Neste último, levou-se em conta a vitória do filme na cerimônia do Oscar de 1980, uma vez que se trata do prêmio mais popular e de maior prestígio do cinema, cuja concessão de honrarias encontra-se intimamente ligada às mudanças comportamentais e culturais do público do cinema hollywoodiano.

Ao fim, concluiu-se que “Kramer vs. Kramer” traz uma representação filha de seu tempo sobre a condição feminina na sociedade estadunidense, abordando não apenas as mudanças comportamentais das mulheres, mas também a aceitação silenciosa e nem sempre compreensiva dos homens ao novo quadro que se estruturava. A premiação do Oscar demonstra também a aceitação do público a essas mudanças, uma vez que a produção venceu em cinco categorias e recebeu outras quatro indicações, derrotando filmes atualmente considerados clássicos modernos, como “Apocalypse Now”.

Palavras-chave: Cinema, Família, História das Mulheres, Representação da Mulher, Revolução Cultural de 1960-1970, Estados Unidos.

Ao final da década de 1970, a situação da mulher na sociedade estadunidense era bastante diferente do panorama de vinte anos antes. A Revolução Cultural que atingiu o país nos anos 1960 por meio da ação de movimentos sociais e reformas políticas transformou as relações interpessoais, alterando comportamentos e concepções profundamente arraigadas no *american way of life*. Essa mudança de pensamento desembocou no questionamento das visões tradicionalistas da vida em sociedade e abriu caminho para que setores considerados, até então, marginalizados alçassem patamares pouco imagináveis até meados do século XX.

As mulheres foram grandes beneficiárias dessa Revolução. Eric J. Hobsbawm (1995) explica que a estrutura social que mais se abalou com as mudanças comportamentais foi a família, pois estas afetaram imensamente as relações entre gerações e gêneros. Dessa forma, cresceu o questionamento da autoridade patriarcal – do marido e pai sobre a esposa e os filhos – bem como, dos mais velhos sobre os mais jovens, pilares da família nuclear. O autor afirma que apesar das diferenças culturais existentes entre os diversos povos ao redor do mundo, esse modelo de organização (pai, mãe e filhos) estava presente de alguma forma em quase todas as civilizações há centenas de anos e tinha grande resistência às rupturas sociais.

Entretanto, em meados do século XX, a família nuclear encontrava-se em retração não apenas nos Estados Unidos – onde caiu de 44% para 29% entre 1960 e 1980 – mas também na Europa, entrando em decadência até mesmo nas nações consideradas “moralistas” ou de maioria católica (HOBSBAWM, 1995). O que explicaria o desenrolar de mudanças tão drásticas em uma organização que atravessava um longo período de permanência? Em primeiro lugar, é importante citar um motivo que, por mais óbvio que pareça, foi – e ainda é – muitas vezes camuflado e rebatido por convicções moralistas: a família é uma instituição formada por pessoas, e como tal, está sujeita à disputas, contestações e percalços.

Argumentos com base na religiosidade e nos chamados “bons costumes” procuravam colocar o modelo nuclear como o único aceitável para uma “boa família”. Assim, essa visão ignora as “imperfeições” na família patriarcal, as quais, de acordo com Duby (2009), tendem a se manifestar dentro das casas:

[...] o recinto abriga um grupo, uma formação social complexa, na qual as desigualdades, as contradições parecem atingir o ápice, o poder dos homens se choca mais intensamente do que fora com o poder das mulheres, o dos velhos com o dos jovens, o poder dos amos com a indocilidade dos criados (2009, p. 9).

Logo, apesar da imagem harmoniosa e inviolável concebida em torno da “célula-mãe da sociedade”, ela era uma construção voltada para o controle de pessoas e perpetuação de certos valores. Se tal construção resistiu bem com o passar dos tempos, é importante ressaltar que isso aconteceu apenas para quem “observava de fora”: os conflitos entre familiares e frequentadores da casa sempre existiram, porém, por estarem resguardados à intimidade, pouco se falava deles na vida pública. Perrot (2009a) ressalta essa dualidade no seguinte parágrafo:

A família, no século XIX, se encontra numa situação contraditória. Fortalecida em sua dignidade e poder por toda a sociedade, que nela vê um mecanismo regulador fundamental, ela tenta impor a seus membros seus próprios fins, considerando o interesse do grupo superior ao de seus integrantes. Mas, por outro lado, a proclamação do igualitarismo, os progressos insensíveis, mas constantes, do individualismo exercem pressões centrífugas, geradoras de conflitos, que por vezes chegam à ruptura. A família é uma microssociedade ameaçada em sua integridade e até em seus segredos. A regra elementar do espírito de família e a defesa de sua honra, porém, passam pela salvaguarda desses segredos compartilhados que lhe dão unidade e a contrapõem ao exterior, tal qual uma fortaleza, mas também introduzindo frequentes fissuras e clivagens em seu interior (p. 246).

Para ilustrar a situação das mulheres, é possível utilizar um exemplo hipotético: talvez uma burguesa cujas opiniões e ideias se chocassem com as da autoridade patriarcal – e assim, gerassem conflitos – tivesse até mesmo vontade de partilhar o acontecido com conhecidas ou externar seu descontentamento. Todavia, esse setor da população tinha poucos meios para

externar seus descontentamentos. Perrot menciona que as senhoras burguesas obedeciam a estritos códigos de conduta, devendo se preocupar com as responsabilidades sociais de mães e esposas, exercendo atividades como a administração do lar, a gestação e criação dos filhos, além de tornar o ambiente doméstico um local seguro e confortável diante do “caos” do mundo exterior (2009b).

As mulheres das classes populares e as camponesas tinham funções semelhantes e enfrentavam o mesmo problema, porém, por motivos diferentes, em especial, pela naturalização da violência contra a mulher. Perrot (2009b) afirma que as senhoras dos baixos segmentos urbanos não tinham medo de expressar suas opiniões, porém, eram duramente reprimidas com ataques físicos e psicológicos. No campo, a situação era ainda pior, pois os ataques sexuais às jovens eram comuns e não havia qualquer mecanismo legal para se recorrer.

Uma instituição abalada por rachaduras que vinham comprometendo suas estruturas ao longo dos séculos não poderia se manter por tanto tempo, caso não houvesse forças de outros setores que procurassem mantê-la, como por exemplo, a Igreja, o Estado, o pensamento científico e os costumes, conforme já foi evidenciado com argumentos de Hobsbawm (1995) e Perrot (2009a; 2009b). Entretanto, nenhuma conjunção de poderes mantém uma estrutura pela eternidade: ela pode adiar sua derrocada e/ou transformações. Permitir alterações a um sistema pode melhorar sua habilidade de perpetuação, porém, no caso da família, o que se procurava era repetir a estrutura com pouca ou nenhuma alteração a partir da naturalização e do “apagamento” dos conflitos existentes.

A Revolução Industrial foi o processo que deu início às transformações no comportamento feminino, pois permitiu às mulheres deixarem o interior das casas para conviver em novos espaços de sociabilidade, cumprindo diferentes ocupações. De acordo com Carl E. Van Horn e Herbert A. Schaffner (2003), a mão-de-obra feminina preencheu as vagas em serviços considerados meticulosos e delicados, sobretudo na industrial têxtil, pois se acreditava que as operárias eram mais cuidadosas que os homens na realização dos mesmos. O salário recebido era uma complementação bem-vinda para a renda familiar, todavia, o ambiente da fábrica era, na maioria das vezes, insalubre e as funcionárias sofriam com o preconceito e a exploração de superiores e/ou colegas de trabalho.

O desenvolvimento do setor de serviços no início do século XX abriu um novo campo para as mulheres, o qual oferecia condições melhores que as antigas oportunidades de emprego fora de casa. Nesse período, surgiram os trabalhos considerados “predominantemente femininos”, como as caixas bancárias, secretárias, datilógrafas ou prestadoras de serviços domésticos. Ainda assim, a posição feminina no mercado de trabalho era delicada e agravou-se com a crise econômica de 1929: nos períodos de corte de salários e de funcionários, elas eram as primeiras da lista (VAN HORN; SCHAFFNER, 2003).

A situação mudaria drasticamente com a Segunda Guerra Mundial. Há uma profunda relação entre o afastamento dos homens de suas obrigações usuais para servir ao exército e as mudanças na situação da mulher estadunidense – bem como, de outros segmentos sociais considerados marginalizados – durante e após a Segunda Guerra Mundial, conforme afirma Michael C. C. Adams (1994). Doris Weatherford (2010) cita que a ausência da figura masculina fez com que as mulheres substituíssem os homens em inúmeras funções, desde os empregos industriais ao ramo dos esportes. Como forma de popularizar tal gesto, foi criada a personagem “Rosie, the Riveter”, que estampava pôsteres com os dizeres “nós podemos fazer isto”. Também foi necessária publicidade para convencer aos maridos e patriarcas que o ato de deixar a casa para se dedicar ao trabalho externo era uma atitude nobre em tempos difíceis.

A Segunda Guerra Mundial também permitiu às mulheres alçarem postos que nunca haviam imaginado e as ideias de igualdade entre gêneros fortaleceram-se nesse período. Grupos feministas empreenderam manifestações em prol dos direitos na política, no mercado

de trabalho e nos demais campos da sociedade e deram início às primeiras discussões públicas sobre casamento, família, sexo e sexualidade. Floresceram também na época os primeiros clubes e associações para profissionais do sexo feminino, como medida de fortalecer as integrantes da classe e houve um aumento no número de mulheres entrando em universidades (WEATHERFORD, 2010).

Todavia, ao final do conflito, a situação tornou-se novamente incômoda: com o retorno dos homens as suas casas e empregos, o governo e a opinião pública mobilizaram-se para reverter o processo de “liberalização” feminina. Agora que os pais e maridos estavam de volta, esperava-se que elas retornassem às posições de esposas e mães sem dificuldades e reconhecessem que estas eram suas verdadeiras funções sociais. Segundo Adams (1994), esse processo não ocorreu com facilidade: embora uma quantidade significativa de mulheres aceitasse voltar para as antigas obrigações, outra parcela sentia-se realizada com trabalhos fora de casa e não pretendia abandoná-los.

As medidas implementadas pelo governo e pela opinião pública para que as mulheres voltassem a ocupar suas antigas posições surtiu efeito sobre as mães e esposas, de modo que os anos 1950 presenciaram um renascimento dos valores domésticos tradicionais, impulsionados pelo aumento na taxa de fecundidade e da expectativa de vida. Segundo Elaine Tyler May (2008), o pós-guerra conciliou divisões de classe e etnias, de modo que a ideia de os Estados Unidos serem os líderes de um novo mundo voltado para a paz contribuiu para que muitas pessoas buscassem realização pessoal dentro do ambiente familiar, culminando na ascensão da cultura dos subúrbios, moradias de classe média-alta que contavam com todo o conforto que o capitalismo podia oferecer.

Contudo, a Guerra Fria deu início a um novo período de tensões geopolíticas, uma vez que o mundo estava em disputa entre duas superpotências, cada qual defendendo seu modelo sócio-econômico. O bloco capitalista se colocava como a alternativa mais justa, a qual oferecia iguais oportunidades de desenvolvimento para todos, porém, era difícil sustentar essa imagem com a permanência de certas leis e costumes que justificavam medidas exclusivistas. Além disso, apesar de toda a propaganda criada em torno da família, os casamentos nem sempre se davam de modo harmonioso, uma vez que os jovens contraíam matrimônio e tinham filhos sem muito planejamento prévio, impulsionados pelo *zeitgeist*, o que levou a novos questionamentos sobre a família nuclear e a condição da mulher estadunidense (MAY, 2008).

As famílias enfrentavam sérios problemas, embora buscassem ao máximo escondê-los devido a um forte sentimento de culpa por não se encaixarem no padrão de comportamento vigente. A insatisfação dos pais era visível aos olhos dos filhos. Muitos jovens e adolescentes preferiam procurar novas oportunidades, fora da casa e das expectativas da geração anterior, sendo que as meninas eram particularmente incentivadas pelas mães, as quais preferiam que as filhas estudassem e conseguissem um bom emprego em vez de se tornarem donas de casa. Assim, May (2008) afirma que ruptura do modelo nuclear nos anos 1960 aconteceu pela não-realização dos ideais e desejos prometidos pela ideologia do subúrbio e complementa que o discurso de mudanças sociais era parte da retórica do governo Kennedy (1961-1963), que abriu a década.

De acordo com Michael J. Cherlin (1988), a atitude de mães e esposas buscarem um trabalho fora de casa deixou de ser abominável e, aos poucos, se tornou socialmente aceitável e até mesmo esperada. Inicialmente, elas preferiam empregos de meio período, pois estes permitiam certo equilíbrio entre a casa e a vida fora dela. O surgimento de novas oportunidades deu segurança para que as mulheres pudessem avançar para serviços que demandavam um tempo maior longe da família, além disso, as condições para que elas entrassem no mercado de trabalho eram cada vez mais propícias.

Jeffrey D. Schultz e Laura A. Van Assendelft (1999) destacam o surgimento de várias organizações em prol dos avanços femininos, como a *Presidential Commission on the Status of Women*, órgão público que atuava em defesa dos direitos das mulheres criado em 1961, e a *Equal Employment Opportunity Commission*, de 1964, a qual buscava diminuir as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. No mesmo ano, é aprovado o *Civil Rights Act*, que impedia a discriminação por etnia, sexo, religiosidade, entre outros. Esta lei permitia às mulheres segurança em seus empregos, atendimento médico durante o período de gravidez e licença maternidade.

Hobsbawm (1995) menciona que o Estado precisou implementar políticas públicas para atender às crianças enquanto as mulheres estavam no emprego, criando creches e jardins de infância. Era dispensada atenção especial para às mães solteiras, uma vez que, além de serem um grupo crescente no contingente populacional, a renda familiar dessas mulheres era menor. Entre algumas medidas de destaque estavam a popularização dos métodos contraceptivos e a legalização do aborto em algumas unidades da federação. Assim, aos poucos, os setores dominantes faziam concessões, nem sempre conscientes, a um grupo até então submisso ao patriarcado.

A luta para quebrar os paradigmas estabelecidos de mãe e esposa transformou as formas de representação da mulher nas obras de arte, além de oferecerem às artistas novas oportunidades para atingir o sucesso na literatura, pintura, escultura ou cinema. No caso da sétima arte, Hollywood era a principal difusora de representações femininas, em especial, por meio das produções indicadas e vencedoras do Prêmio da Academia, popularmente conhecido como Oscar. Segundo Emanuel Levy (1990), a estatueta é a principal honraria do cinema mundial e tem grande influência sobre o público estadunidense:

Os atributos particulares dos papéis masculinos e femininos ganhadores do Oscar podem lançar alguma luz sobre as orientações, proibições e prescrições culturais básicas que o cinema norte-americano proporcionou aos homens e às mulheres [...] desde o início do Oscar até agora (1990, p. 195).

A própria Academia não era uma instituição igualitária: entre os grupos que a integravam, apenas o corpo de atores contava com uma participação próxima de 50% entre os gêneros. No entanto, os setores de profissionais de produção não tinham um número expressivo de mulheres e algumas não tinham nem ao menos um membro feminino. Além disso, entre os indicados e vencedores das categorias técnicas, as mulheres eram minoria, recebendo certo destaque nos prêmios de Roteiro Original, Roteiro Adaptado, Edição e Figurino (LEVY, 1990).

Apesar de contar com duas categorias dedicadas exclusivamente à atuação feminina, as predileções da Academia contribuíram para certa “estereotipificação” dos papéis que mereciam ser indicados e/ou vencer o Oscar. Levy (1990) menciona que as personagens, geralmente, estão ligadas a uma categoria de “filmes domésticos”, destinados quase que exclusivamente ao público feminino. Analisando o perfil dos personagens femininos premiados com a estatueta, é possível encontrar uma vasta gama de mulheres perturbadas, vítimas de vícios ou doenças, maltratadas pela vida ou pela própria família (marido, filhos, companheiros etc). Entre as “profissões” mais premiadas, estavam a de atrizes ou personalidades do mundo da arte, mulheres da área de “assistência” – como Levy denomina professoras, enfermeiras, secretárias, etc – ou então, “prostitutas com um coração de ouro” (1990, p. 206).

Segundo Levy, os requisitos básicos para um papel feminino ser considerado apto a vencer o Oscar eram “o sexo e o sofrimento” (1990, p. 208). Outros fortes exemplos de estereótipos femininos presentes em papéis tanto vencedores da categoria de Melhor Atriz bem como de Melhor Atriz Coadjuvante eram, por exemplo, a mulher adúltera, a mãe-esposa sofredora, a adolescente depravada e a solteirona reprimida e frustrada. O autor ainda nota que a mulher heroína e sofredora das telas não tem controle sobre sua vida pessoal e quando

tenta se insurgir contra uma injustiça, é vista como ameaça, sendo reprimida de forma violenta e até mesmo com a morte.

No entanto, o avanço das correntes feministas e a luta por inclusão social desembocaram no que Levy (1990) definiu como uma retratação entre a Academia e as mulheres. Desse modo, a partir de meados dos anos 1960 os papéis de mulheres independentes e bem sucedidas, com boa condição financeira e vida pessoal estável – ou que, pelo menos, lutavam por isso – começaram a ganhar espaço. Muitas atrizes passaram a ser indicadas e a vencer seus Oscars como mulheres que trabalhavam fora de suas casas e cujas ocupações iam além das habituais “profissões femininas”.

Na categoria de Melhor Filme – a principal do Oscar – as produções que lançavam novos olhares sobre a situação da mulher ganharam maior destaque nas décadas de 1960 e 1970, todavia, apenas na cerimônia de 1980 uma película que tratava das mudanças da condição da mulher como mãe, esposa e profissional venceu a categoria: o drama familiar “Kramer vs. Kramer” (Robert Benton, 1979). O filme recebeu nove indicações ao prêmio e venceu em cinco categorias: Filme, Diretor, Ator (Hoffman), Atriz Coadjuvante (Streep) e Roteiro Adaptado. Foi a película mais assistida nos Estados Unidos no ano de 1979 e contou com o apelo de Dustin Hoffman, um ator já consolidado e anteriormente indicado ao Oscar e Meryl Streep, uma jovem atriz que começava a se destacar em papéis dramáticos e recebera uma indicação no ano anterior (INTERNET MOVIE DATABASE, 2011).

A película traz a história do publicitário Ted Kramer (Dustin Hoffman), que, no mesmo dia em que consegue um grande salto em sua carreira, é abandonado pela mulher Joanna (Meryl Streep), sob o argumento de que não está feliz. O protagonista passa um período de dificuldades, tendo de lidar sozinho com a responsabilidade cuidar do filho Billy (Justin Henry) – o qual tem uma ligação muito mais forte com a mãe do que com o pai –, cuidar dos afazeres domésticos e preservar o emprego. Após a adaptação, Joanna retorna dizendo estar equilibrada, com um bom trabalho e pronta para disputar a guarda do filho na justiça.

O filme se inicia com um *close* do personagem de Meryl Streep, cujo rosto apoiado na mão esquerda destaca a aliança de casamento em primeiro plano. A tomada sintetiza o tema central do filme: a situação da mulher casada em uma década de transformação. Joanna – que em tal momento, está colocando o filho para dormir – tem um ar triste e conversa com a criança em tom de despedida. A cena seguinte apresenta o marido no escritório em que trabalha, comemorando o fechamento de um grande negócio. Quando se encontram no apartamento, o contraste dos personagens é evidente: ele chega animado e deseja comemorar a empreitada da qual fará parte, enquanto ela tenta dizer que o está deixando e recebe apenas indiferença. Joanna então decide partir sem dialogar com o marido, finalmente conseguindo alguma atenção. Ted tenta compreender o que está acontecendo e a mulher diz que não se considera uma boa mãe e que não o ama mais.

A cena, assim como o restante do filme, estrutura-se de modo a não culpar nenhum dos protagonistas pelos problemas conjugais, mas, procura expor os dois lados da situação, de modo a demonstrar que as escolhas de ambos, bem como a falta de diálogo entre o casal, levaram a tal situação. Ted quer apenas comemorar o sucesso em seu novo empreendimento. Joanna, apesar de estar deixando-o, demonstra consciência em sua decisão e faz aquilo que acredita ser justo: retira da poupança do casal apenas o dinheiro que julga lhe pertencer e avisa ao marido que fez compras e mandou as roupas para a lavanderia, além de pagar as contas do mês. Mesmo descontente, ela não quer prejudicá-lo.

Algumas horas após a esposa deixá-lo, Ted recebe a visita de Margaret (Jane Alexander), uma vizinha do casal para quem ele telefonou em busca de informações sobre a partida inesperada da cônjuge. O publicitário desconfia que a amiga foi responsável por influenciar Joanna a abandoná-lo e menciona que ela própria separou-se do marido a pouco

tempo, fato que gerou discussões entre os protagonistas. A visitante então afirma que a personagem de Streep é uma pessoa infeliz e precisou de muita coragem para deixá-lo, ao que ele questiona: “quanta coragem é preciso para abandonar-mos nosso próprio filho?”, deixando a mulher sem resposta.

Na manhã seguinte, ao acordar, Billy questiona o pai sobre a ausência de Joanna. Ted responde que eles tiveram uma briga e a esposa quis sair de casa até sentir-se melhor, devendo voltar em breve. Sem a mulher em casa, o dia de ambos fica desordenado: o protagonista precisa arrumar-se para um dia importante no trabalho ao mesmo tempo em que precisa atender as necessidades filho e levá-lo para a escola. O protagonista não tem nenhuma habilidade com as atividades domésticas e desconhece até mesmo detalhes da vida do filho, como a série que o garoto cursa na escola. Desse modo, o espectador pode compreender que Joanna, enquanto casada, esteve atrelada às tarefas de esposa e mãe.

O apartamento é um espaço gerenciado pela mulher. Uma das cenas que melhor evidencia a importância de Joanna para o lar é quando, ao chegar ao trabalho, Ted telefona para casa, esperando que esposa esteja lá para atender. Todavia, o som da campainha ecoa pelo local vazio, onde não há sinal da mulher. Restaram apenas pequenos detalhes que indicam que um dia ela morou ali, como as revistas femininas sobre a mesa da sala. O diretor aplica diversos mecanismos visuais para fazer com que Joanna esteja presente como uma entidade que não abandonou completamente o lar, sempre encaixando nos cantos do enquadramento das cenas detalhes como retratos da personagem, roupas femininas ou objetos usados por mulheres.

Perturbado, o protagonista decide conversar com seu patrão sobre o acontecimento na noite anterior. O diálogo demonstra quão pouca atenção ele vinha dedicando à família em favor do trabalho nos últimos meses e é permeado pela inclusão de piadas machistas sobre os sentimentos femininos – as quais parecem ser usadas por Ted em momentos de raiva. Na cena seguinte, Ted está trabalhando em casa enquanto Billy brinca próximo aos papéis em que o pai desenhou algumas ideias para apresentar ao novo cliente, terminando por derrubar suco sobre os trabalhos. Irritado, o protagonista questiona o filho sobre seu comportamento, perguntando quem lhe comprou doces antes de ir para casa e, ao perceber que não há salvação para o trabalho perdido, manda a criança para cama. A conversa indica que os personagens não são próximos: o menino tem uma ligação muito mais forte com a mãe, responsável por criá-lo, enquanto pai acredita que por cumprir suas funções de provedor financeiro da família merece respeito – uma visão muito difundida pelo modelo de família nuclear.

Passados alguns dias, Joanna envia uma carta ao filho. Inicialmente, Billy fica animado com a ideia, mas entristece-se à medida que o pai lê a carta: no texto, a mãe afirma que precisa buscar algo interessante para fazer e que cuidar de um filho não é tudo na vida. Ted também revolta-se com o conteúdo do documento e decide se livrar de todos os objetos da casa usados pela ex-esposa. Todavia, é difícil para ambos desfazer-se da presença da mulher: o personagem de Hoffman passa a reconhecer que sem ela, cuidar do filho torna-se uma tarefa ainda mais complicada e compreende que, apesar da sensação de abandono, o garoto ainda sente falta da mãe, guardando para si uma das fotografias dela. Apesar de tentarem prosseguir sem grandes complicações, a ausência da mulher começa a interferir no trabalho de Ted, prejudicando seus relacionamentos e horários, pois agora ele precisa dedicar um tempo maior para Billy.

Com a partida de Joanna, Ted aproxima-se da vizinha Margaret, tornando-se amigo dela. Ambos compartilham a mesma situação, pois ela também se separou do marido e tem dois filhos pequenos para criar. As conversações entre os personagens permitem que ambos passem a conhecer sobre o cotidiano um do outro e permitem que Ted compreenda melhor a situação que a esposa vinha atravessando. A ausência da figura feminina também gera tensões

entre Ted e Billy. Talvez, a mãe atuasse como uma mediadora nos conflitos entre pai e filho e não estando mais presente, pequenos desentendimentos podem culminar em brigas terríveis, como na cena em que pai e filho se insultam após o garoto negar comer o jantar e abrir um pote de sorvete apenas para provocar o patriarca. No diálogo de reconciliação entre os personagens, o homem procura explicar ao menino o porquê de a esposa haver partido e, pela primeira vez, admite que influenciou os passos da esposa desde o casamento e que isso foi prejudicial, culminando na partida repentina de Joanna. Ele tem consciência de que ela o apoiou em todos os instantes, mas que não foi capaz de fazer o mesmo pela mulher.

Nas cenas seguintes, o filme apresenta uma premissa interessante: apesar de as mulheres estarem ocupando postos considerados unicamente masculinos, os homens apresentam pouco interesse em conhecer o que poderia ser chamado de “unicamente feminino”. Ted parece ser o único pai que leva o filho para brincar no *playground* (inclusive socorrendo-o após um acidente em que fere o rosto), para a escola ou comparece na peça teatral de Dia das Bruxas na qual Billy participa – nesta última passagem em específico, a câmera focaliza o personagem sentado na plateia, rodeado apenas por mulheres. A película também oferece uma abordagem diferenciada nos relacionamentos entre homem e mulher fora do casamento, como na sequência em que o personagem de Hoffman convida uma colega de trabalho para jantar e passa a noite com ela: é apenas caso de uma noite e nenhum romance se desenvolve entre ambos.

Passada mais da metade da trama, Joanna reaparece, primeiramente observando Ted deixar Billy no colégio e depois telefona para o marido e convida-o para almoçar. O encontro começa de modo amigável, com os personagens compartilhando acontecimentos de suas vidas enquanto estiveram afastados, cerca de quinze meses. Ela afirma que conseguiu um bom emprego e fez terapia para superar seus problemas, enquanto ele comenta sobre a convivência com Billy. O filme não mostra cenas sobre o amadurecimento da mulher com relação a si própria – a personagem reaparece confiante, com um aspecto diferente que chama a atenção do esposo. “Kramer vs. Kramer” é uma produção dirigida, roteirizada e foca, principalmente, no protagonista masculino, desse modo, a opção por não mostrar a transformação de Joanna pode ser compreendida como uma metáfora do pensamento masculino predominante sobre a condição das mulheres da época: acreditavam que elas estavam restritas aos trabalhos domésticos, desencorajavam qualquer tentativa delas em se desvincular de tais funções, ignoravam suas tentativas de emancipação e, finalmente, se surpreendiam com o sucesso conquistado fora de casa.

Porém, o encontro termina de modo tenso quando a mulher revela que quer o filho de volta. O protagonista deixa o local, furioso, e decide buscar um advogado caso a decisão seja levada ao tribunal. Ted acredita ter uma causa ganha nas mãos, todavia, seu advogado afirma que casos de custódia são delicados e que o júri tende a ficar do lado da mãe, ainda mais em casos envolvendo uma criança com a idade de Billy – uma referência aos valores tradicionais de que as mães são responsáveis por cuidar dos filhos pequenos. O protagonista é aconselhado a analisar os prós e contras de mover a ação, contudo, não encontra pontos positivos que lhe dêem segurança: ele apenas não quer ficar longe do filho, com quem desenvolveu uma ligação forte nos últimos meses. Para complicar a situação, Ted perde o emprego sob a justificativa que o envolvimento com Billy vem prejudicando seu desempenho.

À noite, o advogado telefona para avisar ao protagonista que a audiência já está marcada, mas afirma que as chances são nulas se ele está desempregado. Desesperado, Ted corre contra o tempo para encontrar uma nova ocupação às vésperas do natal, época em que os escritórios não estão contratando. Após uma longa procura, ele consegue trabalho em outra agência publicitária, embora o cargo que aceita seja equivalente a uma “despromoção”. O novo emprego é encarado de uma forma diferente pelo personagem: como a esperança de manter Billy junto de si e, por isso, até mesmo procura fazer o filho se aproximar de seu

ambiente de trabalho, levando-o para conhecer o escritório e fazendo com que o garoto sintasse a vontade no local.

Algumas cenas depois, o advogado telefona novamente para avisar que Joanna deseja ver Billy e que Ted não tem escolha senão aceitar. A contragosto, ele chega ao lugar do encontro e o menino corre para os braços da mãe, que apenas responde que o trará de volta no fim da tarde e dá as costas ao ex-marido. O casal de protagonistas não compartilha mais uma vida, sendo o filho o único elo entre eles. Logo após essa tomada, o filme desloca-se para a audiência no tribunal. Por ser a mãe, Joanna é a primeira a ser chamada para prestar depoimento. Na fala, o espectador descobre detalhes sobre o passado da personagem:

Advogado- Importa-se de dizer ao Tribunal quanto tempo esteve casada?

Joanna- Oito anos.

Advogado- Descreveria esses anos como felizes?

Joanna- Os primeiros dois, sim, mas, depois disso, tornou-se cada vez mais difícil.

Advogado- Sra. Kramer, tinha emprego antes de casar?

Joanna- Tinha. Depois de me licenciar da Smith, trabalhei no Departamento de Arte da revista Mademoiselle durante vários anos.

Advogado- Continuou trabalhando depois de se casar?

Joanna- Não.

Advogado- Desejava tê-lo feito?

Joanna- Sim, mas sempre que falava com o Ted, o meu “ex-marido”, sobre isso, ele não ouvia. Recusava-se a discuti-lo seriamente. Uma vez ele disse que eu provavelmente não arranjaria um emprego onde ganhasse o suficiente para contratar uma babá para o Billy.

Advogado- Está empregada no momento?

Joanna- Estou. Sou estilista de roupa esportiva para a Selco, aqui em Nova Iorque.

Advogado- E quanto ganha atualmente?

Joanna- Ganho 31 mil dólares por ano.

Advogado- Sra. Kramer, gosta do seu filho?

Joanna- Gosto muito.

Advogado- E no entanto optou por abandoná-lo.

Joanna- Sim. Durante os últimos 5 anos do nosso casamento, eu estava cada vez mais infeliz, cada vez com mais problemas. Precisava mesmo que alguém me ajudasse, mas quando me virava para o Ted, ele não estava lá para me apoiar. Então, nos distanciamos cada vez mais, ficamos mais e mais separados. Ele estava muito envolvido com sua carreira. Por causa da atitude dele para com os meus receios e a incapacidade dele de lidar com os meus sentimentos, a minha auto-estima era quase inexistente. Estava com medo e estava muito infeliz. Na minha mente, a minha única alternativa era ir embora. Quando parti, senti que havia algo de muito errado comigo e que o meu filho ficaria melhor sem mim. Foi só depois de chegar à Califórnia, depois de fazer terapia, que percebi que eu não era assim uma pessoa tão terrível. E que, só porque precisava de um objetivo emocional que não era o meu filho, isso não fazia de mim uma mãe incapaz.

[...]

Advogado- Sra. Kramer, pode dizer ao Tribunal por que está pedindo a custódia?

Joanna- Porque ele é meu filho e porque o adoro. Sei que deixei o meu filho... e que foi um ato terrível. Acreditem que tenho de viver com isso todos os dias da minha vida, mas, para conseguir abandoná-lo, tive que acreditar que era a única coisa que eu podia fazer... e que era o melhor para ele. Eu era incapaz de funcionar naquela casa. Não sabia qual seria a alternativa, por isso achei melhor não o levar. Porém, procurei ajuda e me esforcei muito para me tornar um ser humano completo... e acho que não devo ser punida por isso. E acho que o meu menino também não deve ser punido. O Billy só tem 7 anos. Precisa de mim. Não estou dizendo que ele não precisa do pai, mas acho realmente que ele precisa mais de mim. Fui mãe dele durante 5 anos e meio... e o Ted assumiu esse papel durante 18 meses... mas não sei como alguém pode acreditar que tenho menos capacidade em ser mãe daquele menino do que o Sr. Kramer. Sou mãe dele. Sou mãe dele (Kramer vs. Kramer, 1979, 1h 14min 11seg-1h 16min 57seg; 1h 17min 15 seg- 1h 19min 06seg).

Em seguida, o advogado de Ted questiona Joanna sobre a conduta do marido enquanto eram casados. Pelas respostas da personagem, ele procura convencer o juiz de que seu cliente era um marido-modelo – não bebia, não era infiel, não era violento com a esposa ou o filho. O homem também procura demonstrar que ela não consegue manter estabilidade em nada do que faça na vida, seja profissionalmente, seja nos relacionamentos, incluindo o casamento. Joanna sente-se obrigada a reconhecer isso, ao mesmo tempo em que Ted murmura para si mesmo que também cometeu erros, reconhecendo que o fracasso no relacionamento se deve a ambos.

A disputa judicial expõe a privacidade do casal e das pessoas à volta deles, como Margaret, que é chamada a depor e pressionada a afirmar que sugeriu a Joanna que deixasse o marido. A vizinha procura fazer a amiga mudar de ideia, a ver como Ted está mudado e se dá bem com o filho, mas o juiz e o advogado da mulher pedem para que ela seja retirada do banco das testemunhas. Enquanto o personagem de Hoffman depõe, ele também busca apelar para a relação que desenvolveu com o filho e questiona que o sexo não determina que a mãe é melhor para um filho do que o pai, usando como argumento a igualdade de gêneros, que algumas cenas antes havia sido ridicularizado pelo protagonista com piadas maldosas:

Ted- A minha mulher estava sempre me perguntando: “Por que uma mulher não pode ter as mesmas ambições que um homem?” Acho que você tem razão e talvez eu tenha aprendido isso, mas, da mesma forma, gostaria de saber que lei é essa que diz que a mulher é um pai melhor, simplesmente em virtude do sexo. Tive muito tempo para pensar o que faz de alguém um bom pai. Tem a ver com constância. Tem a ver com paciência. Tem a ver com ouvi-lo... ou fingir ouvi-lo, quando já não podemos mais. Tem a ver com amor, tal como ela disse. Não sei onde está escrito que uma mulher tem prioridade nesse campo, que um homem tem menos desses sentimentos do que uma mulher (Kramer vs. Kramer, 1979, 1h 27min 00seg-1h 28min 55 seg).

O advogado de Joanna procura desmerecer os méritos de Ted como pai ao afirmar que ele não foi capaz de equilibrar seu emprego na agência publicitária em que trabalhava e os cuidados com o filho. O personagem de Hoffman busca argumentar que teve problemas com a carreira porque colocou Billy em primeiro lugar, o que causa surpresa na ex-mulher. O advogado continua a pressioná-lo e o questiona sobre o acidente no parque, alegando que o homem foi negligente com o filho. O protagonista fica abismado que tal episódio foi usado contra ele e fica sem palavras. Ao fim da audiência, a ex-esposa o procura para dar explicações, mas ele se recusa a ouvir. O embate entre os advogados sugere que Ted e Joanna ainda nutrem sentimentos um pelo outro ou que, pelo menos, respeitam-se mutuamente, uma vez que ambos não concordam com as posturas belicosas de seus defensores mesmo que a guarda do filho esteja em jogo.

Passadas as sequências na corte, Ted se encontra com Margaret na rua e ela revela que voltará a viver com o ex-marido. A vizinha também menciona que foi ela quem teve a iniciativa de reatar e que o homem parece animado. Na cena seguinte, o protagonista encontra-se com o advogado, o qual afirma que ele perdeu a causa e terá de pagar pensão ao garoto e poderá vê-lo apenas dois fins de semana por mês, uma noite por semana e metade do período de férias escolares. Nesses momentos, o filme apresenta dois novos olhares sobre a mulher: mesmo trabalhando, Joanna ganhou na justiça o direito de morar com o filho, enquanto a amiga decidiu fazer algo sobre sua vida amorosa em vez de esperar.

Os últimos dias juntos de Ted e Billy são marcados pela tristeza da despedida. O garoto não deseja deixar o pai e vice-versa, pois ambos tornaram-se bastante próximos nos últimos meses. Na cena final, Joanna chega ao edifício para buscar o garoto, mas pede ao ex-marido que desça para falar em particular primeiro. Ela então lhe revela que não quer mais levar o menino embora o ame muito e pede para subir e conversar com ele. O protagonista permite e ela entre no elevador, a porta se fecha e o filme termina. O espectador não sabe o que acontece depois, mas a película insinua que ainda há esperança para o casal e que ambos

podem voltar a viver juntos, assim como Margaret e o ex-marido. Talvez não seja o final esperado pelas feministas mais radicais, entretanto, demonstra o quanto os personagens se transformaram ao longo da narrativa, aprendendo a respeitar os pontos de vista um do outro – assim, Joanna e Ted, mesmo trabalhando, podem ser bons pais e esposos (ou amigos, caso não voltem a viver juntos) se buscarem ser mais compreensivos e respeitosos um para o outro.

De acordo com Douglas Kellner (2003), “Kramer vs. Kramer” é uma película que traz uma representação “negativa” da mulher, entretanto, tal afirmação pode ser questionada. O que seria então uma representação positiva? O filme seria mais “benéfico” se colocasse Joanna como uma profissional bem sucedida que consegue cumprir com sucessos suas obrigações de mãe e esposa e ainda ter uma carreira sólida sem entrar em desentendimento com o marido? Se analisada por esse ponto de vista, tal suposição poderia ser verdadeira, mas desembocaria em outro problema: geraria uma espécie de preconceito às avessas. A personagem seria construída de forma idealizada, longe do que seria a representação de uma “pessoa de verdade”. Ela está atravessando uma fase difícil e sente-se confusa e o mesmo ocorre com Ted, mas a narrativa demonstra que ambos conseguem se recuperar e que, eventualmente, há esperança de que o casal se reconcilie agora que ambos estão dispostos a se entender ou que, pelo menos, mantenham uma relação amigável após a separação.

É justamente esse olhar sobre as relações familiares que tornou o filme importante para sua época e, talvez, digno de vencer o Oscar de 1979. Atualmente, alguns críticos sugerem que a melhor produção daquele ano era o drama de guerra “Apocalypse Now” (Francis Ford Coppola, 1979), mas não se pode deixar de considerar que “Kramer vs. Kramer” é inovador para seu tempo, pois foi uma das primeiras produções a trazer novas representações do que seriam as obrigações de um homem e uma mulher dentro de um casamento. Embora a Academia já houvesse premiado vários filmes anti-guerra nas cerimônias anteriores, poucos haviam, até então, discutido a liberação feminina e a igualdade de direitos entre homens e mulheres com tanto impacto no público e na crítica. Embora hoje este tema pareça comum para o cinema, não há como negar que “Kramer vs. Kramer” foi uma escolha “filha de seu tempo”.

A “Kramer vs. Kramer” seguiram-se outros filmes com temáticas femininas diferenciadas – vale lembrar que em 1980, a vencedora do Oscar de Melhor Atriz foi Sally Field por sua atuação como uma mãe solteira que procura mobilizar os operários de uma fábrica de algodão para fundar um sindicato trabalhista em “Norma Rae” (Martin Ritt, 1979). Entre os novos temas abordados pelo cinema hollywoodiano, estavam a reação da mulher diante de temas considerados tabus como o a morte de um filho e a relação amorosa entre pessoas de meia-idade em “Laços de ternura” (James L. Brooks, 1983); relações extraconjugais em “Feitiço da lua” (Norman Jewison, 1987); relações no campo de trabalho como “Tootsie” (Sidney Pollak, 1982) e “Uma secretária de futuro” (Mike Nichols, 1988); deficiência física em “Filhos do silêncio” (Randa Raines, 1986) e “O piano” (Jane Campion, 1993); amizade e companheirismo em “Thelma e Louise” (Ridley Scott, 1991) e até mesmo a abertura das mulheres a campos profissionais considerados restritos aos homens, como a policial interpretada por Jodie Foster que se envolve na caçada a um *serial killer* em “O silêncio dos inocentes” (Johnnatan Demme, 1991).

Referências Bibliográficas

ADAMS, Michael C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1994.

CHERLIN, Michael J. Family Changes. In: CHERLIN, Michael J. *The changing in American family and public policy*. Washington: Urban Institute Press, 1988.

DUBY, Georges. *Prefácio à história da vida privada*. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTERNET Movie Database. *Trivia for Kramer vs. Kramer (1979)*. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0079417/trivia>. Acesso em: 15 jun. 2011

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2003.

LEVY, Emanuel. *And the winner is... – Os bastidores do Oscar*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1990.

MAY, Elaine Tyler. *Homeward bound: American families in the Cold War*. Nova Iorque: Basic Books, 2008.

PERROT, Michelle. *Dramas e conflitos familiares*. PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Funções da família*. PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHULTZ, Jeffrey D., VAN ASSENDELFT, Laura A. *Encyclopedia of women in American politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

VAN HORN, Carl E.; SCHAFFNER, Herbert A. *Work in America: an encyclopedia of history, policy, and society*. Santa Barbara: ABC-CLIO Inc., 2003.

WEATHERFORD, Doris. *American women during World War II: an encyclopedia*. Routledge: Nova Iorque, 2010.

Fonte:

KRAMER vs. Kramer. Direção de Robert Benton. Roteiro de Robert Benton. EUA: Stanley R. Jaffe e Richard C. Fischof. Dist. Sony Pictures, 1979. 1 dvd (105 min): cor.